

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 049/2020
PROCESSO Nº. 23122.008456/20 19-55
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Torna-se público que a Universidade Federal de São João del-Rei, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado a Praça Frei Orlando, 170, Centro, CEP 36.307-352, em São João del-Rei/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por grupo, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 09/12/2020

Horário: 09 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 04 (quatro) grupos geradores de energia elétrica instalados no Campus Alto Paraopeba, incluindo fornecimento de peças sob demanda, para atender à demanda do Campus Alto Paraopeba da Universidade Federal de São João del-Rei, na cidade de Ouro Branco/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será realizada em grupo único, formados por 05 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Fonte: 8100.000000

Programa de Trabalho: 170417 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 / 3.3.90.30

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 - Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 - proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 - que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 - que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 - entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 - organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 - instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1 - É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 - sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3 - Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.3.1 - detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.3.2 - de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.3 - Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4 - Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 - É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização.

4.6 - Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 - que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.7 - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 - que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 – As proponentes deverão ofertar preços para todos os custos individuais que compõem o serviço, conforme modelo de proposta de preços constante no Anexo IV do Termo de Referência, não podendo os custos ultrapassarem os valores máximos unitário e total estimados.

5.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 - valor mensal e anual do item;

6.1.2 - Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.3.1 - A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 - Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4 - No pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais de tributos estabelecidos na legislação vigente.

6.5 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8.1 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 - Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 - O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.24.1.1 - prestados por empresas brasileiras;

7.24.1.2 - prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.1.3 - prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.26 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.26.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 – A proposta deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.3.1 - não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.3.2 - contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.3.3 - não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.3.4 - apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018-TCU- Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3.4.1 - Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.3.4.1.1 - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5 - Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7.2 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se a proposta readequadas com o valor final ofertado.

8.8 - Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.9 - Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.9.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.13 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

9.1.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 - O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 - Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 - Habilitação jurídica:

9.8.1 - no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 - inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 - decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 - Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 - prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 - prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 - prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 - caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 - Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2 - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (DRE), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 - no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 - é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 - comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4 - As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11 - Qualificação Técnica:

9.11.1 - Comprovante de registro da Contratada junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA. No caso de a Contratada possuir CREA de outro estado, deverá apresentar visto do CREA-MG, previamente à assinatura do contrato, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com o presente termo de referência, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº8.666/93.

9.11.2 - Quanto à capacitação Técnico-Operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, que comprove que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste Termo de Referência e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto do presente Termo.

9.11.2.1 - Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.2.1.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.2.1.1.1 - Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 36 (trinta e seis) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.2.2 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.3 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.4 - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.2.5 - O licitante disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.3 - Comprovação da Capacitação Técnico-Profissional: o(s) atestado(s) deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada(s) no CREA, do profissional que foi responsável técnico pelos serviços. Esse profissional deverá possuir título de engenheiro eletricista ou mecânico, conforme os artigos 8 e 12 da resolução nº 218/73 do CONFEA, o qual estabelece que a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de máquinas elétricas e equipamentos

eletromecânicos, como Grupos Motores Geradores, é atribuição de engenheiros eletricitas e mecânicos.

9.11.3.1 - Declaração de possuir em seu quadro de pessoal, Responsável Técnico habilitado na área de Engenharia Elétrica ou Mecânica (resolução 218/CONFEA; atribuições art. 8º e 12º).

9.11.3.1.1 - A comprovação de vínculo do Responsável Técnico deverá ser demonstrada por meio de cópia da Carteira de Trabalho e/ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.

9.11.3.2 - Deverá ser comprovado o registro do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). No caso de o Responsável Técnico possuir CREA de outro estado, deverá apresentar visto do CREA-MG, previamente à assinatura do contrato.

9.11.4 - As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo apresentado no Anexo II do Termo de Referência.

9.11.4.1 - O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante (modelo disponível no Anexo II do Termo de Referência).

9.12 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 - conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 - A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 - Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15 - DO TERMO DE CONTRATO

15.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 - referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 - a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 - a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5 - Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1 - Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.1 - Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6 - Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 - DO REAJUSTE

16.1 - As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 - DO PAGAMENTO

19.1 - As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 - apresentar documentação falsa;

20.1.3 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 - não mantiver a proposta;

20.1.6 - cometer fraude fiscal;

20.1.7 - comportar-se de modo inidôneo;

20.1.8 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.2 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4 - Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Edital.

20.4.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail secol@ufsj.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Frei Orlando 170, sala 3.33, bairro Centro, cidade de São João del-Rei/MG, Cep: 36.307-352.

21.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <http://www.ufsj.edu.br/dimap>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Frei Orlando, 170, sala 3.33, bairro Centro, cidade de

São João del-Rei/MG, telefone (32) 3379-5427, nos dias úteis, no horário das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 17:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

25 - DO FORO

25.1 - Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de São João del-Rei, para dirimir qualquer controvérsia não resolvida entre as partes.

São João del-Rei, 26 de novembro de 2020

Fernanda Rodrigues Drumond Chaves
Setor de Compras e Licitações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 04 (quatro) grupos geradores de energia elétrica instalados no *Campus Alto Paraopeba*, incluindo fornecimento de peças sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
01	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C40D6, nº de série K13T028651, 53 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2013.	R\$ 585,35	R\$ 7.024,20
02	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Gerapower Brasil: modelo GF3 55, nº de série PW168133, 55 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	R\$ 632,97	R\$ 7.595,64
03	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C170D6, nº de série K16T039208, 212 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	R\$ 686,35	R\$ 8.236,20
04	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C170D6, nº de série K16T039209, 212 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	R\$ 686,35	R\$ 8.236,20
05	Fornecimento de materiais/ peças para reposição em Grupos Geradores, a serem fornecidos sob demanda.	R\$ 86.622,97	
Total anual estimado		R\$ 117.715,21	

Detalhamento item 05 (materiais/ peças para reposição, a serem fornecidos sob demanda)

Item	Part Number	Descrição	Un.	Quant.	Valor unitário	Valor total
PEÇAS PARA OS GRUPOS GERADORES CUMMINS						
1	5293586	Alternador 12 VCC	Un	1	R\$ 3.610,00	R\$ 3.610,00
2	C250-0005	Bateria 150 AH	Un	1	R\$ 841,18	R\$ 841,18
3	C250-0007	Bateria 75 AH	Un	1	R\$ 504,00	R\$ 504,00
4	3965896	Bomba injetora	Un	1	R\$ 9.721,38	R\$ 9.721,38



5	5269315	Bomba transf. Combustível	Un	1	R\$ 785,00	R\$ 785,00
6	A053E482	Carregador de bateria 12V/5A	Un	1	R\$ 668,98	R\$ 668,98
7	3288724	Correia da hélice (Cummins C170 D6)	Un	1	R\$ 222,00	R\$ 222,00
8	3911571	Correia hélice (Cummins C40 D6)	Un	1	R\$ 204,00	R\$ 204,00
9	3288768	Correia V Ranhurada -	Un	1	R\$ 218,54	R\$ 218,54
10	RSK1101	Diodo retificador do alternador AC	Un	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
11	C210-0003-01	Disjuntor NS 800 3P	Un	1	R\$ 4.200,00	R\$ 4.200,00
12	0300-6014	Display	Un	1	R\$ 3.031,47	R\$ 3.031,47
13	5294873	Jogo de reparo bomba d'água	Un	1	R\$ 1.327,16	R\$ 1.327,16
14	3939258	Junta bomba d'água 6735716610	Un	1	R\$ 105,70	R\$ 105,70
15	0327-1617-01	Modulo de controle	Un	1	R\$ 7.481,10	R\$ 7.481,10
16	5284104	Motor de Partida (Cummins C170 D6)	Un	1	R\$ 5.160,00	R\$ 5.160,00
17	4996706	Motor de Partida (Cummins C40 D6)	Un	1	R\$ 3.395,65	R\$ 3.395,65
18	C450-0006	Pickup magnético	Un	1	R\$ 324,23	R\$ 324,23
19	C025-0004	Pre aquecimento	Un	1	R\$ 1.257,10	R\$ 1.257,10
20	GRT7-TH4E	Regulador automático de voltagem	Un	1	R\$ 1.190,00	R\$ 1.190,00
21	A055G562	Sensor baixo nível de água	Un	1	R\$ 351,00	R\$ 351,00
22	A028X493	Sensor de pressão	Un	1	R\$ 261,21	R\$ 261,21
23	0193-0432	Sensor temperatura de água	Un	1	R\$ 245,84	R\$ 245,84
24	C490-0040	Transformador de corrente	Un	1	R\$ 236,30	R\$ 236,30
25	A026F395	Módulo TS1311	Un	1	R\$ 5.580,12	R\$ 5.580,12
26	A049J610	Válvula solenoide da bomba	Un	1	R\$ 978,01	R\$ 978,01
PEÇAS PARA O GRUPO GERADOR GERAPOWER						
27	-	Alternador	Un	1	R\$ 4.852,67	R\$ 4.852,67
28	-	Bateria 75 AH	Un	1	R\$ 630,00	R\$ 630,00
29	-	Bomba injetora	Un	1	R\$ 9.915,00	R\$ 9.915,00
30	-	Bomba transf. Combustível	Un	1	R\$ 843,33	R\$ 843,33
31	-	Carregador de bateria	Un	1	R\$ 650,00	R\$ 650,00
32	-	Correia da hélice	Un	1	R\$ 478,00	R\$ 478,00
33	-	Correia do alternador	Un	1	R\$ 335,33	R\$ 335,33
34	-	Diodo retificador do alternador AC	Un	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
35	-	Disjuntor	Un	1	R\$ 440,00	R\$ 440,00
36	-	Display de comandos	Un	1	R\$ 2.982,33	R\$ 2.982,33
37	-	Jogo de reparo bomba d'água	Un	1	R\$ 1.186,67	R\$ 1.186,67
38	-	Junta bomba d'água	Un	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
39	-	Modulo de controle	Un	1	R\$ 5.200,00	R\$ 5.200,00
40	-	Motor de partida	Un	1	R\$ 3.296,00	R\$ 3.296,00
41	-	Pickup magnético	Un	1	R\$ 380,00	R\$ 380,00
42	-	Pre aquecimento	Un	1	R\$ 670,00	R\$ 670,00

43	-	Regulador automático de voltagem	Un	1	R\$ 840,00	R\$ 840,00
44	-	Sensor baixo nível de água	Un	1	R\$ 472,67	R\$ 472,67
45	-	Sensor de pressão	Un	1	R\$ 220,00	R\$ 220,00
46	-	Sensor temperatura de água	Un	1	R\$ 260,00	R\$ 260,00
47	-	Transformador de corrente	Un	1	R\$ 296,00	R\$ 296,00
48	-	Válvula solenoide da bomba	Un	1	R\$ 435,00	R\$ 435,00

1.2 A especificação técnica dos geradores consta na planilha acima, bem como no item 7.3 deste Termo.

1.3 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção preventiva e corretiva.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5 O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

1.6 São partes integrantes deste Termo de Referência, os seguintes anexos:

Anexo I – Plano de manutenção preventiva

Anexo II– Declaração de vistoria / Declaração de Abstenção de vistoria

Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Anexo IV – Modelo de proposta comercial

Anexo V – *Check List* Manutenção e registro de ocorrências

Anexo VI – Estudos preliminares

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

2.2 Necessidade da contratação: garantir a manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores de energia elétrica do *Campus* Alto Paraopeba, mantendo a funcionalidade dos equipamentos de forma que o fornecimento de energia se mantenha, durante as interrupções de fornecimento por parte da empresa Gerdau, atualmente geradora da energia utilizada no *Campus*.

2.3 Especificações técnicas: informações sobre os serviços encontram-se detalhadas no item 7 deste Termo de referência. Exigências para qualificação técnica da licitante encontram-se no item 5.1.2 deste TR.

2.4 Quantitativo do serviço demandado: o quantitativo previsto foi estimado de acordo com o número de grupos geradores existentes no *Campus*. Trata-se da primeira contratação desse tipo de serviço.

2.5 Adjudicação do objeto: preço global de grupo de itens.

2.6 Justifica-se a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores para o *Campus* Alto Paraopeba/UFSJ, com fornecimento de peças, em um único grupo, com base na análise das necessidades da instituição, no tocante ao bom e seguro funcionamento dos equipamentos, tendo como elementos norteadores os princípios da:

- i) Legalidade, uma vez que tal possibilidade é admitida legalmente, tendo em vista diversos exemplos de contratação realizadas e em vigor na esfera pública;
- ii) Eficiência, uma vez que o administrador deve buscar as melhores e efetivas soluções, sob a legalidade da lei, visando obter a melhor resposta ao interesse público e maior eficácia do Estado na implementação de suas ações;
- iii) Finalidade, pois é dever do Administrador Público buscar os resultados mais práticos e eficazes, que devem estar ligados às necessidades e aspirações do interesse do público.

2.7 A contratação por item seria menos interessante em termos de valor, podendo ocasionar a sua não contratação.

2.8 A divisão do objeto em itens tornaria prejudicadas a eficiência e eficácia desejadas, pois comprometeria a agilidade necessária para a solução de problemas advindos de panes e interrupções de funcionamento dos grupos geradores, que porventura demandem a troca de peças, uma vez que a empresa responsável pela manutenção ficaria à mercê da disponibilidade e logística de outro (s) estabelecimento(s) comercial(is) para ter os itens à sua disposição e efetuar os reparos.

2.9 Tal solução permite, ainda, maior efetividade à fiscalização, no tocante: i) ao acompanhamento de cumprimento de prazos específicos para cada tipo de intervenção de reparos corretivos e atendimentos emergenciais; ii) à verificação de regularidade da especificação das peças, acompanhamento de seus prazos de garantia e atribuição de responsabilidades pela instalação. Pois, sendo a mesma empresa responsável pela manutenção e fornecimento de peças, seria afastada a hipótese de falhas e incorreções serem atribuídas a terceiros.

2.10 Esse procedimento, a princípio, não compromete a competitividade do certame, considerando que várias empresas atuam no mercado e apresentam condições e aptidão para cotar todos os itens, o que ficou demonstrado pela pesquisa de preços realizada. Ainda do ponto de vista econômico, o licitante poderá otimizar processos logísticos, considerando que custos com deslocamento podem ser reduzidos uma vez que poderá em único deslocamento realizar o fornecimento de peças e a manutenção corretiva e /ou preventiva, gerando, conseqüentemente, a possibilidade da Administração Pública firmar contrato mais vantajoso.

2.11 Além do exposto, a divisão por itens poderia implicar na multiplicação de contratos, sobrecarregando administrativa e operacionalmente a fiscalização, enquanto que a gestão do contrato único de serviços permitirá um menor número de procedimentos administrativos, economia de recursos financeiros, pois serão menores os custos com publicações do extrato de contrato e possíveis termos de aditamentos.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores do *Campus Alto Paraopeba/UFSJ*, conforme plano básico de manutenção, constante no Anexo I deste Termo de Referência.

3.2 A contratada assumirá a responsabilidade e ônus pelo fornecimento da mão de obra e de todos os equipamentos, ferramentas e materiais básicos/consumo e lubrificação, necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos/sistemas, ou recomendados nos manuais dos fabricantes, cujo custo deverá constar no preço dos serviços.

3.3 Havendo necessidade de troca de peças, a contratada deverá efetuar o fornecimento e a reposição da peça, sendo que será reembolsada mediante ressarcimento, conforme valor definido para a peça constante na proposta e mediante a apresentação de nota fiscal pela contratada.

3.4 Caso haja necessidade de troca de alguma peça que não esteja prevista na relação das peças especificadas, a empresa contratada deverá submeter à fiscalização, laudo técnico contendo justificativa da necessidade e no mínimo 3 (três) orçamentos do item, obtidos junto aos fornecedores da empresa.

3.4.1 Após análise, se aprovada, a fiscalização comunicará a contratada, via e-mail, para que providencie o fornecimento e a troca da peça em 03 (três) dias úteis. Sendo aprovada a aquisição das peças, a UFSJ realizará pesquisa no mercado para comprovação do custo. Caso os preços apresentados pela contratada sejam superiores aos obtidos na pesquisa de mercado realizada pela UFSJ, a empresa será reembolsada de acordo com o menor preço identificado na pesquisa.

3.4.2 Caso a fiscalização verifique que os orçamentos apresentados estão acima do preço de mercado, a empresa será reembolsada de acordo com o valor de mercado identificado pela contratante.

3.5 Os prazos para atendimento dos chamados para manutenção corretiva emergencial e não emergencial, bem como os prazos para conclusão dos serviços, constam no item 7.13 e o prazo para fornecimento de peças no item 7.14 deste Termo de Referência.

4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Visando atender à demanda, é necessária a contratação, por meio de licitação, de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores.

5.1.2 As licitantes deverão apresentar, para fins de comprovação de qualificação técnica:

5.1.2.1 Comprovante de registro da Contratada junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). No caso de a Contratada possuir CREA de outro estado, deverá apresentar visto do CREA-MG, previamente à assinatura do contrato, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com o presente termo de referência, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº 8.666/93;

5.1.2.2 Declaração de possuir em seu quadro de pessoal, Responsável Técnico habilitado na área de Engenharia Elétrica ou Mecânica (resolução 218/CONFEA; atribuições art. 8º e 12º).

5.1.2.3 A comprovação de vínculo do Responsável Técnico deverá ser demonstrada por meio de

cópia da Carteira de Trabalho e/ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.

5.1.2.4 Deverá ser comprovado o registro do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). No caso de o Responsável Técnico possuir CREA de outro estado, deverá apresentar visto do CREA-MG, previamente à assinatura do contrato.

5.1.2.5 Com base no item 10.6, alínea "b" do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 05/2017 – MPOG, comprovação de experiência mínima de **um ano** na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.

5.1.2.5.1 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido (s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste termo de referência e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto do presente Termo de referência.

5.1.2.5.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada(s) no CREA, do profissional que foi responsável técnico pelos serviços. Esse profissional deverá possuir título de engenheiro eletricista ou mecânico, conforme os artigos 8 e 12 da resolução nº 218/73 do CONFEA, o qual estabelece que a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de máquinas elétricas e equipamentos eletromecânicos, como Grupos Motores Geradores, é atribuição de engenheiros eletricistas e mecânicos.

5.1.2.5.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

5.1.2.5.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.2.6 Declaração de Visita ou de abstenção de Vistoria, cujos modelo encontra-se no Anexo II deste Termo.

5.1.2.7 Habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, conforme Edital.

5.1.3 Conforme consta na Portaria nº 958 de 18 de setembro de 2013 da Reitoria da UFSJ, os serviços de manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores enquadram-se como de natureza contínua no âmbito da UFSJ, cujos contratos necessitam estender-se por mais de um exercício financeiro.

5.1.4 A contratada deverá:

5.1.4.1 fornecer os equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados, para a execução de serviços;

5.1.4.2 efetuar o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, a fim de evitar efeitos nocivos ao meio ambiente, obedecendo a resolução nº 362 de 23 de junho de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

5.1.4.3 efetuar o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos componentes eletroeletrônicos e mecânicos, que forem substituídos e dos demais resíduos sólidos provenientes da prestação dos serviços.

5.1.5 A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.1.6 O serviço não possui especificidades que impliquem na necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.1.7 As soluções de mercado disponíveis e que atendem aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro I do artigo 2º da IN nº 05 de 2014 e suas alterações – MPOG.

5.1.7.1 Em grande parte dos resultados da pesquisa, a solução utilizada foi a de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva através de contratos anuais, mas com pagamentos mensais fixos para os referidos serviços. O fornecimento de peças e materiais necessários à manutenção varia, podendo estar incluso no custo mensal fixo ou ainda, separado, com a previsão de saldo para custeio das peças.

5.1.7.2 A solução a ser adotada pela UFSJ é aderente às encontradas, ou seja, contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com preço fixo mensal e fornecimento de materiais e peças a serem adquiridas sob demanda, conforme custo unitário definido na proposta.

5.1.7.3 Não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado.

5.2 - Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3 - As obrigações da Contratante e da Contratada estão previstas neste Termo de Referência, nos itens 11 e 12, respectivamente.

6 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00m às 11h00m e de 13h00m às 17h00m.

6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2 A realização da vistoria poderá ser comprovada por meio de Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, na forma do Anexo II deste Termo de Referência.

6.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, e seguirá a dinâmica exposta abaixo.

7.2 A Contratada deverá buscar minimizar a quantidade e duração das falhas de operação dos equipamentos grupos geradores que fornecem energia, em caráter emergencial, ao *Campus* Alto Paraopeba/UFSJ, mantendo permanentemente tais equipamentos em condições de uso, realizando para isso manutenções periódicas preventivas e eventuais manutenções corretivas, com fornecimento de peças, acessórios, materiais e mão de obra.

7.3 A seguir, consta a especificação técnica dos grupos geradores.

Tabela 1 – Relação dos grupos geradores do CAP

Item	Descrição	Localização
1	Grupo Gerador - Cummins: modelo C40D6, nº de série K13T028651, 53 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2013.	Prédio da pós graduação.
2	Grupo Gerador - Gerapower Brasil: modelo GF3 55, nº de série PW168133, 55 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	Restaurante universitário (RU).
3	Grupo Gerador - Cummins: modelo C170D6, nº de série K16T039208, 212 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	Portaria Bloco 1
4	Grupo Gerador - Cummins: modelo C170D6, nº de série K16T039209, 212 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	Portaria Bloco 5

7.4 No prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de início da vigência do contrato, elaborar e apresentar à fiscalização do contrato, “Relatório Técnico de Inspeção”, devidamente assinado pelo responsável técnico habilitado, de todas as instalações e equipamentos/sistemas cuja manutenção esteja sob sua responsabilidade, especificando detalhadamente a situação em que se encontram os equipamentos objetos da operação e manutenção. Esse relatório não eximirá a empresa das correções nos sistemas que se fizerem necessárias.

7.5 Apresentar, no primeiro mês de serviços, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente aos serviços objeto da licitação.

7.6 Realizar, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores ao término da vigência do contrato ou anterior a cada prorrogação contratual, uma inspeção anual em todos os grupos geradores, com o objetivo de emitir laudo técnico, assinado por responsável técnico habilitado.

7.7 A Contratada deverá disponibilizar serviço de suporte técnico via telefone e e-mail ou outros meios digitais, em dias úteis durante o horário comercial, de modo a possibilitar a abertura de chamados para manutenção corretiva.

7.8 Para a abertura de chamado nos dias e/ou horários não comerciais a contratada deverá disponibilizar um número de telefone específico para a contratante solicitar o atendimento necessário.

7.9 A prestação de serviços de manutenções corretivas poderá ser realizada em sábados, domingos ou feriados, de acordo com a necessidade, urgência ou caráter emergencial, sem ônus para a contratante.

7.10 A Contratada deverá fornecer, para cada grupo gerador, Relatório Técnico Mensal, onde serão anotadas pelo responsável pela conservação/manutenção as datas de suas realizações, os defeitos constatados, peças substituídas e serviços realizados, recomendando-se a utilização do modelo de *Check List* disponível no Anexo V.

7.11 No prazo de até 03 (três) dias úteis após a realização da inspeção mensal, a contratada deverá enviar relatório técnico, assinado pelo responsável técnico para a fiscalização.

7.12 Serviços a serem executados:

7.12.1 Manutenções preventivas: deverá contemplar, no mínimo, as ações previstas no Plano de manutenções preventivas, disponibilizado no Anexo I. Esse tipo de manutenção é periódica e, portanto, adotou-se o modelo de valor fixo mensal para custeio dos serviços. O valor fixo mensal deverá cobrir o ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas e materiais básicos/consumo (incluindo a substituição de filtros e óleos lubrificantes), necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos/sistemas, ou recomendados nos manuais dos fabricantes.

7.12.2 Manutenções corretivas para que sejam tomadas ações corretivas de forma a diminuir o tempo de duração de falhas. Esse tipo de manutenção, embora eventual, deve estar disponível durante todos os dias da vigência contratual. Como esse tipo de manutenção tem caráter eventual e a previsão e tipificação de todos serviços é complexa ou impossível, adotou-se como modelo o valor fixo mensal para custeio dos serviços. O valor mensal dos serviços deverá prever os custos das manutenções preventivas e das corretivas, quando houver necessidade.

7.12.3 Fornecimento de peças, caso necessário, para as manutenções que demandem materiais ou substituição de peças.

7.13 Os prazos para início e término dos serviços ficam definidos conforme a seguir:

7.13.1 Tempo de atendimento de chamados de manutenção corretiva não emergenciais (quando o chamado para manutenção não ocorrer durante uma falta de energia, programada ou não): até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da abertura do chamado, que poderá ser feito por telefone ou e-mail.

7.13.2 Tempo de atendimento de chamados de manutenção corretiva emergenciais (quando o chamado para manutenção ocorrer durante uma falta de energia, programada ou não): até 03 (três) horas contadas a partir da abertura do chamado, que poderá ser feito por telefone ou e-mail.

7.13.3 Tempo de conclusão dos serviços iniciados com um chamado que demande substituição de peças: até 03 (três) dias úteis principiadas na abertura do chamado.

7.13.3.1 Suspende-se a contagem do prazo previsto no item III acima, a partir do momento que estiver dependendo de análise, autorização ou despacho da administração.

7.13.4 Tempo de conclusão de serviços iniciados com um chamado que não demande substituição de peças: até 05 (cinco) horas principiadas na abertura do chamado.

7.14 Com relação ao fornecimento de peças sob demanda:

7.14.1 As peças para manutenção corretiva, cuja aquisição se dará sob demanda, não estão incluídas no valor mensal. Havendo necessidade de troca de peças, a contratada deverá providenciar o fornecimento e a reposição da peça no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, e a emissão de laudo técnico contendo justificativa da necessidade e da nota fiscal a serem submetidos à fiscalização do contrato. A contratada será reembolsada, conforme valor definido para a peça constante na proposta.

7.14.2 Quanto ao prazo mencionado, ressalva-se o caso em que haja a necessidade de peças que não estejam disponíveis no mercado para pronta entrega, hipótese que deverá ser comprovada. Após a comprovação, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação de atendimento de manutenção corretiva para o fornecimento e conclusão dos serviços.

7.14.3 Caso haja necessidade de troca de alguma peça que não esteja prevista na relação das peças especificadas, a empresa contratada deverá submeter à fiscalização, laudo técnico contendo justificativa da necessidade e no mínimo 3 (três) orçamentos do item, obtidos junto aos fornecedores da empresa. Após análise, a fiscalização comunicará a contratada, via e-mail, para que providencie o fornecimento e a troca da peça. Sendo aprovada a aquisição das peças, a UFSJ realizará pesquisa no mercado para comprovação do custo. Caso os preços apresentados pela contratada sejam superiores aos obtidos na pesquisa de mercado realizada pela UFSJ, a empresa será reembolsada de acordo com o menor preço identificado na pesquisa.

7.15 Outras informações relacionadas aos materiais encontram-se no item 09 deste Termo de Referência.

7.16 Normas técnicas aplicáveis

7.16.1 A empresa contratada deverá observar e cumprir os normativos abaixo:

a) Normas da ABNT pertinentes à manutenção de grupos geradores, em especial ABNT NBR ISO 8528:2014 – Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna.

b) Prescrições e recomendações técnicas dos fabricantes dos grupos geradores instalados nas dependências da Contratante, relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de peças e componentes.

c) Normas referentes à segurança do trabalho, em especial a NR 6 do Ministério do Trabalho e Emprego – Equipamento de Proteção Individual EPI e a NR 10 do Ministério do Trabalho e Emprego – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

7.17 Equipe técnica

7.17.1 Manter equipe técnica devidamente habilitada disponibilizando os profissionais necessários à execução dos serviços.

7.17.2 O acompanhamento e/ou execução dos serviços ficará a cargo do profissional indicado na qualificação técnica da empresa quando da realização do processo licitatório.

7.17.2.1 Se houver a troca de Responsável Técnico, a Contratada providenciará o registro, junto ao CREA, de nova Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a encaminhará à contratante.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Gestão do contrato

8.1.1 A equipe de fiscalização contratual será composta por:

8.1.1.1 Gestor do Contrato: terá a função de coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

8.1.1.2 Fiscal Técnico: será responsável pelo acompanhamento com o objetivo de acompanhar e avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

8.1.2 Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços se darão da seguinte forma:

8.1.2.1 Os contatos serão realizados entre a equipe de gestão e fiscalização do contrato e o preposto, representante designado pela empresa para tratar de assuntos relacionados a execução do contrato e sanar possíveis inconsistências ou incompatibilidades nas atividades executadas.

8.1.2.2 As comunicações entre Contratada e Contratante serão realizadas preferencialmente via Ofício ou, dependendo da necessidade da celeridade da informação ou da emergencialidade, via e-mail institucional da Contratante e da Contratada e também via telefone, sendo que a Contratada deverá dar o tratamento adequado às solicitações em todas as formas de comunicação elencadas.

8.2 Critérios de medição

8.2.1 Os critérios de medição e a aferição dos resultados dos serviços para fins de pagamento da contratada, será realizada com base no IMR (Instrumento de Medição de Resultados), IMR constante no Anexo III deste Termo de Referência.

8.2.1.1.A contratada poderá realizar a emissão da Nota Fiscal após essa apuração e o recebimento do termo de recebimento definitivo, emitido pelo gestor do contrato.

8.2.2 Para efeitos de acompanhamento da execução contratual, será aplicado o

8.2.3 A utilização do IMR não impede que a contratante utilize critérios complementares que considerar mais adequados para avaliar a qualidade dos serviços prestados.

8.2.4 Nos termos do Anexo VIII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, após aferição da qualidade da prestação dos serviços, poderá haver o redimensionamento do valor a ser faturado com base nos indicadores estabelecidos neste termo de referência.

8.2.5 Quando do faturamento, a empresa deverá emitir uma nota fiscal mensal referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme termo de recebimento definitivo.

8.2.5.1 Quando houver aquisição de peças, a empresa deverá emitir outra nota fiscal referente à(s) peça(s) adquirida(s), contendo os preços unitários indicados.

9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 - Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

9.1.1 Em relação aos equipamentos, ferramentas e materiais básicos/consumo e lubrificação, necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos/sistemas, ou recomendados nos manuais dos fabricantes, a contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento, sendo que seus custos deverão estar previsto nos custos dos serviços de manutenção mensal.

9.1.2 Em relação às peças, os custos dos componentes e/ou acessórios necessários para reposição (Tabela 2) efetivamente empregados na manutenção preventiva, corretiva correrá por conta da contratante, mediante ressarcimento à empresa contratada.

9.2 A tabela 2 (a seguir) apresenta a relação de peças, componentes e/ou acessórios de maior relevância (não exaustiva), que podem ser necessários à manutenção dos equipamentos, objetos deste Termo de Referência, os quais deverão ser fornecidos e/ou substituídos pela contratada durante a vigência contratual, sendo que o pagamento será efetuado em conformidade com os preços ofertados na licitação.

Tabela 2 – Relação de peças

PEÇAS PARA OS GRUPOS GERADORES CUMMINS

Item	Part Number	Descrição		
1	5293586	Alternador 12 VCC	1	UN
2	C250-0005	Bateria 150 AH	1	UN
3	C250-0007	Bateria 75 AH	1	UN
4	3965896	Bomba injetora	1	UN
5	5269315	Bomba transf. Combustível	1	UN
6	A053E482	Carregador de bateria 12V/5A	1	MT
7	3288724	Correia da hélice (Cummins C170 D6)	1	UN
8	3911571	Correia hélice (Cummins C40 D6)	1	UN
9	3288768	Correia V Ranhurada -	1	UN
10	RSK1101	Diodo retificador do alternador AC	1	UN
11	C210-0003-01	Disjuntor NS 800 3P	1	UN
12	0300-6014	Display	1	UN
13	5294873	Jogo de reparo bomba d'água	1	UN
14	3939258	Junta bomba d'agua 6735716610	1	UN
15	0327-1617-01	Modulo de controle	1	UN
16	5284104	Motor de Partida (Cummins C170 D6)	1	UN
17	4996706	Motor de Partida (Cummins C40 D6)	1	UN
18	C450-0006	Pickup magnético	1	UN
19	C025-0004	Pre aquecimento	1	UN
20	GRT7-TH4E	Regulador automático de voltagem	1	UN
21	A055G562	Sensor baixo nível de água	1	UN

22	A028X493	Sensor de pressão	1	UN
23	0193-0432	Sensor temperatura de água	1	UN
24	C490-0040	Transformador de corrente	1	UN
25	A026F395	Módulo TS1311	1	UN
26	A049J610	Válvula solenoide da bomba	1	UN

PEÇAS PARA O GRUPO GERADOR GERAPOWER

27	-	Alternador	1	UN
28	-	Bateria 75 AH	1	UN
29	-	Bomba injetora	1	UN
30	-	Bomba transf. Combustível	1	UN
31	-	Carregador de bateria	1	UN
32	-	Correia da hélice	1	UN
33	-	Correia do alternador	1	UN
34	-	Diodo retificador do alternador AC	1	UN
35	-	Disjuntor	1	UN
36	-	Display de comandos	1	UN
37	-	Jogo de reparo bomba d'água	1	UN
38	-	Junta bomba d'água	1	UN
39	-	Modulo de controle	1	UN
40	-	Motor de Partida	1	UN
41	-	Pickup magnético	1	UN
42	-	Pre aquecimento	1	UN
43	-	Regulador automático de voltagem	1	UN
44	-	Sensor baixo nível de água	1	UN
45	-	Sensor de pressão	1	UN
46	-	Sensor temperatura de água	1	UN
47	-	Transformador de corrente	1	UN
48	-	Válvula solenoide da bomba	1	UN

9.3 Identificada a necessidade de substituição de peças que constam na Tabela 2, a contratada providenciará o fornecimento e a reposição da peça no prazo máximo de 03 (três) dias, e a emissão de laudo técnico, conforme especificado no item 9.10, e da nota fiscal a serem submetidos à fiscalização do contrato. A contratada será reembolsada, conforme valor definido para a peça constante na proposta.

9.4 Caso haja necessidade de troca de alguma peça que não esteja prevista na relação das peças especificadas (Tabela 2):

9.4.1 a empresa contratada deverá submeter à fiscalização, laudo técnico, conforme especificado no item 9.10, e no mínimo 3 (três) orçamentos do item, obtidos junto aos fornecedores da empresa.

9.4.2 Após análise, se aprovado, a fiscalização comunicará a contratada, via e-mail, para que providencie o fornecimento e a troca da peça em 03 (três) dias úteis.

9.4.3 A UFSJ (fiscalização) realizará pesquisa no mercado para comprovação do custo.

9.4.4 Caso os preços apresentados pela contratada sejam superiores aos obtidos na pesquisa de mercado realizada pela UFSJ, a empresa será reembolsada de acordo com o menor preço identificado na pesquisa.

9.5 Caso haja a necessidade de peças que não estejam disponíveis no mercado para pronta entrega, hipótese que deverá ser comprovada, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação de atendimento de manutenção corretiva para o fornecimento e conclusão dos serviços.

9.6 As peças, equipamentos e/ou acessórios enquadrados na condição de que trata o subitem 9.4 serão incorporados à listagem objeto da tabela 2 deste Termo, tendo como parâmetro o menor valor encontrado, seja ele oriundo do orçamento da empresa ou da pesquisa de mercado efetuada pela UFSJ.

9.7 É vedado o emprego de materiais de reposição, peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão, devendo a empresa sempre empregar no serviço de manutenção, peças e componentes **novos, genuínos e originais**, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei.

9.8 A empresa deverá assegurar a garantia, de no mínimo 06 (seis) meses, para as peças/componentes/acessórios fornecidos, ou, se maior, a garantia determinada pelo fabricante.

9.9 Os vícios de adequação, de desempenho e de durabilidade, bem como eventuais defeitos de fabricação ou impropriedades nos equipamentos deverão ser corrigidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. Nesses casos, os equipamentos, componentes ou peças de reposição deverão ser substituídos por novos, sem implicar custos adicionais, não podendo ser classificados como serviços de manutenção corretiva.

9.10 O laudo técnico deverá conter informações sobre função, preço e comprovação da necessidade técnica das peças para esclarecimentos.

9.11 Quando houver aquisição de peças, a empresa deverá emitir nota fiscal referente à(s) peça(s) adquirida(s), contendo os preços unitários indicados.

9.12 Havendo a necessidade de substituição de peças, o técnico deverá apresentar à fiscalização o novo material que será empregado, bem como as peças retiradas para fins de ateste do serviço executado, sendo o descarte das peças substituídas, de responsabilidade da contratada.

9.13 A Contratada fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, sejam eles definitivos ou temporários, devendo obrigatoriamente considerar os correspondentes custos no preço ofertado para os serviços, uma vez que não serão aceitos pedidos de pagamentos adicionais para a realização dessa espécie de despesa.

10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão é de manutenção permanente das condições de uso dos grupos geradores listados no item 7.3 deste TR, por meio de manutenções periódicas preventivas, e eventuais manutenções corretivas, com fornecimento de peças, acessórios, materiais e mão de obra.

10.2 A energia elétrica utilizada no *Campus* Alto Paraopeba é fornecida pela empresa Gerdau e os grupos geradores operam em regime de emergência, quando há algum problema causando interrupção no fornecimento.

10.3 As licitantes deverão ofertar preços para todos os itens que compõem o grupo, sob pena de desclassificação, conforme modelo de proposta de preços constante no Anexo IV deste Termo de Referência.

10.4 As peças para reposição previstas na tabela 02 serão contratados sob demanda, sendo que os procedimentos relativos ao fornecimento das mesmas, constam no item 9 deste Termo de Referência.

10.5 O prazo de atendimento às chamadas para as manutenções corretivas constam no item 7.13 e os prazos relacionados ao fornecimento de peças nos itens 9.3 ao 9.5.

10.6 Nos custos dos serviços devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas

decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.7 É vedado o emprego de materiais de reposição, peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão, devendo a empresa sempre empregar no serviço de manutenção, peças e componentes originais e novos, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4 - Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6 - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 - exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 - considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9 - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10 - Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11 - Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Manter em perfeito estado operacional os equipamentos, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, limpeza, bem como a substituição de peças, assegurando que os mesmos mantenham regular, eficiente e seguro funcionamento.

12.2 Fornecer no primeiro dia da execução do contrato, para conferência e identificação pela fiscalização da Contratante, a relação nominal dos integrantes da equipe técnica, informando números de telefones e demais formas de contato, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados. Esta obrigação deve também ser cumprida sempre que houver alteração dos componentes da equipe.

12.3 Elaborar e apresentar à fiscalização da contratante, "Relatório Técnico de Inspeção", devidamente assinado pelo engenheiro eletricista ou mecânico responsável, em papel timbrado da empresa, contendo todas as instalações e equipamentos/sistemas cuja manutenção esteja sob sua responsabilidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de início da vigência do Contrato, especificando detalhadamente a situação em que se encontram os equipamentos objetos da operação e manutenção. Esse relatório não eximirá a empresa das correções nos sistemas que se fizerem necessárias.

12.4 Apresentar, no primeiro mês de serviços, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente aos serviços objeto da contratação.

12.4.1 Realizar, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores ao término da vigência do contrato ou anterior a cada prorrogação contratual, uma inspeção anual em todos os grupos geradores, com o objetivo de emitir laudo técnico, assinado por responsável técnico habilitado (Engenheiro Eletricista ou Mecânico).

12.5 Apresentar Responsável Técnico habilitado, da modalidade da Engenharia Elétrica ou Mecânica.

12.6 Fixar, no primeiro mês de serviços, em lugar de destaque em cada grupo gerador, placa indicativa com nome da empresa, endereço e telefone atualizados.

12.7 Fornecer mensalmente, "Relatório técnico mensal" de todos os serviços executados, recomendando-se a utilização do modelo de *Check List* disponível no Anexo V, para cada grupo gerador, sob pena de não atesto da fatura, devidamente assinados pelo responsável técnico, contendo no mínimo:

- a) Discriminação dos serviços, incluindo data e local;
- b) Nome e função dos profissionais executantes dos serviços no mês de referência do relatório;
- c) Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo falta de energia;
- d) Resumo dos serviços, preventivos e corretivos executados com indicação de pendências, razões de sua existência e aqueles que dependam de solução por parte da Instituição;
- e) Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada;
- f) Resumo quantitativo dos atendimentos realizados durante o mês;
- g) Relação das peças danificadas e substituídas, com a especificação completa, assim como a identificação do local da intervenção.

12.8 No prazo de até 03 (três) dias úteis após a realização da inspeção mensal, a contratada deverá enviar relatório técnico, assinado pelo responsável técnico para a fiscalização, recomendando-se a utilização do modelo de *Check List* disponível no Anexo V.

12.9 Cumprir os prazos para atendimento de chamados para manutenção corretiva estabelecidos neste Termo de Referência, conforme item 7.13 e os prazos relacionados ao fornecimento de peças constantes nos itens 9.3 ao 9.5.

12.10 Cumprir o plano de manutenção preventiva constante no Anexo I.

12.11 A Contratada deverá aceitar os chamados via telefone, cujo número deverá ser informado oficialmente no início da execução dos serviços, para atendimento aos chamados emergenciais da Contratante, funcionando em horários comerciais ou não, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

12.12 Proceder a recuperação de pisos, vidros, esquadrias, alvenarias ou quaisquer outras edificações, retornando à sua forma original quando afetados em decorrência da execução dos serviços, fornecendo todo material necessário, sem ônus para a contratante.

12.13 Cumprir rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as normas de Segurança do Trabalho, as recomendações do fabricante dos equipamentos e demais normas e regulamentos pertinentes.

12.14 Atender a legislação pertinente do ramo de atuação, as normas e Resoluções do CONFEA, as normas de medicina e segurança do trabalho, em especial no que tange à utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI).

12.15 Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução de serviços inerentes a este instrumento, ainda que acontecido em dependências da contratante.

12.16 Responsabilizar-se por acidentes de trabalho e quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados, a contratante e a terceiros, durante a vigência do contrato.

12.17 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso.

12.18 Encaminhar aos fiscais da Contratante o documento com a relação dos funcionários que trabalharão em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato.

12.19 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

12.20 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

12.21 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.22 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

12.23 A contratada não poderá delegar a terceiros serviços relacionados à sua atividade fim.

12.24 Adotar critérios e práticas de sustentabilidade relacionadas à execução dos serviços, em especial, os especificados no item 5.1.4 deste Termo de Referência.

12.25 Comunicar previamente ao fiscal técnico, o cronograma de manutenções preventivas que deverão ser realizadas de segunda a sexta, no intervalo de 08h00 às 17h00.

12.26 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.27 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.28 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.29 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.30 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.31 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.32 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.33 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.34 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.35 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.36 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.37 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.38 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.39 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.40 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.41 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.42 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.43 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.44 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.45 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.46 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.47 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.47.1 - O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.47.2 - Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.48 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14 - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação

original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 - O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4 - A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5 - A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6 - O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7 - O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8 - As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1 - A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10 - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11 - O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12 - Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14 - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15 - O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16 - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17 A fiscalização técnica da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.17.1 Acompanhar o prestador de serviço até o local que será feita a manutenção preventiva e/ou corretiva;

15.17.2 Receber e verificar relatórios técnicos entregues pelo prestador;

15.17.3 Informar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade na execução dos serviços, para que o mesmo tome as medidas pertinentes;

15.17.4 Conferir se o valor das peças de reposição, adquiridas pela contratada, está dentro do valor de mercado, no caso de aquisição de peças não listadas na Tabela 2;

15.17.5 Realizar consultas cadastrais da contratada no SICAF;

15.17.6 Emitir os relatórios de recebimento provisório;

15.17.7 Verificar as ocorrências do mês para ajuste no valor do pagamento, conforme IMR, se for o caso;

15.17.8 Submeter documentos ao gestor para emissão do termo de recebimento definitivo e ateste dos serviços;

15.17.9 Outras atividades necessárias ao acompanhamento da execução contratual, que não sejam atribuições do gestor.

15.18 - As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16 - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2 - No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3 - O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1 - A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2 - A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3 - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1 - quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2 - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17 - DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1 - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1 - o prazo de validade;

17.4.2 - a data da emissão;

17.4.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4 - o período de prestação dos serviços;

17.4.5 - o valor a pagar; e

17.4.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6 - Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1 - não produziu os resultados acordados;

17.6.2 - deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3 - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8 - Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1 - Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15 - É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18 – REAJUSTE

18.1 - Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7 - O reajuste será realizado por apostilamento.

19 - GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1 - O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2 - No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3 - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8 - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 - A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 - Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 - no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14 - A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 - falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 - comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 - cometer fraude fiscal.

20.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 - Multa de:

20.2.2.1 - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4 - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 3 e 4, abaixo; e

20.2.2.5 - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 - As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 3 e 4:

Tabela 3

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
-------------	------------------------

1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 4

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1 - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 - Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 - Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor constam no item 5.1.2 deste Termo de Referência.

21.4 - Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1 Valor Global: R\$ 117.715,21 (cento e dezessete mil, setecentos e quinze reais e vinte e um centavos).

21.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços a seguir.

Item	Descrição	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
01	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C40D6, nº de série K13T028651, 53 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2013.	R\$ 585,35	R\$ 7.024,20
02	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Gerapower Brasil: modelo GF3 55, nº de série PW168133, 55 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	R\$ 632,97	R\$ 7.595,64
03	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C170D6, nº de série K16T039208, 212 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	R\$ 686,35	R\$ 8.236,20
04	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C170D6, nº de série K16T039209, 212 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	R\$ 686,35	R\$ 8.236,20
05	Fornecimento de materiais/ peças para reposição em Grupos Geradores, a serem fornecidos sob demanda.	R\$ 86.622,97	
Total anual estimado		R\$ 117.715,21	

Detalhamento item 05 (materiais/ peças para reposição, a serem fornecidos sob demanda)

Item	Part Number	Descrição	Un.	Quant.	Valor unitário	Valor total
PEÇAS PARA OS GRUPOS GERADORES CUMMINS						
1	5293586	Alternador 12 VCC	Un	1	R\$ 3.610,00	R\$ 3.610,00
2	C250-0005	Bateria 150 AH	Un	1	R\$ 841,18	R\$ 841,18
3	C250-0007	Bateria 75 AH	Un	1	R\$ 504,00	R\$ 504,00
4	3965896	Bomba injetora	Un	1	R\$ 9.721,38	R\$ 9.721,38
5	5269315	Bomba transf. Combustível	Un	1	R\$ 785,00	R\$ 785,00



6	A053E482	Carregador de bateria 12V/5A	Un	1	R\$ 668,98	R\$ 668,98
7	3288724	Correia da hélice (Cummins C170 D6)	Un	1	R\$ 222,00	R\$ 222,00
8	3911571	Correia hélice (Cummins C40 D6)	Un	1	R\$ 204,00	R\$ 204,00
9	3288768	Correia V Ranhurada -	Un	1	R\$ 218,54	R\$ 218,54
10	RSK1101	Diodo retificador do alternador AC	Un	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
11	C210-0003-01	Disjuntor NS 800 3P	Un	1	R\$ 4.200,00	R\$ 4.200,00
12	0300-6014	Display	Un	1	R\$ 3.031,47	R\$ 3.031,47
13	5294873	Jogo de reparo bomba d'água	Un	1	R\$ 1.327,16	R\$ 1.327,16
14	3939258	Junta bomba d'água 6735716610	Un	1	R\$ 105,70	R\$ 105,70
15	0327-1617-01	Modulo de controle	Un	1	R\$ 7.481,10	R\$ 7.481,10
16	5284104	Motor de Partida (Cummins C170 D6)	Un	1	R\$ 5.160,00	R\$ 5.160,00
17	4996706	Motor de Partida (Cummins C40 D6)	Un	1	R\$ 3.395,65	R\$ 3.395,65
18	C450-0006	Pickup magnético	Un	1	R\$ 324,23	R\$ 324,23
19	C025-0004	Pre aquecimento	Un	1	R\$ 1.257,10	R\$ 1.257,10
20	GRT7-TH4E	Regulador automático de voltagem	Un	1	R\$ 1.190,00	R\$ 1.190,00
21	A055G562	Sensor baixo nível de água	Un	1	R\$ 351,00	R\$ 351,00
22	A028X493	Sensor de pressão	Un	1	R\$ 261,21	R\$ 261,21
23	0193-0432	Sensor temperatura de água	Un	1	R\$ 245,84	R\$ 245,84
24	C490-0040	Transformador de corrente	Un	1	R\$ 236,30	R\$ 236,30
25	A026F395	Módulo TS1311	Un	1	R\$ 5.580,12	R\$ 5.580,12
26	A049J610	Válvula solenoide da bomba	Un	1	R\$ 978,01	R\$ 978,01
PEÇAS PARA O GRUPO GERADOR GERAPOWER						
27	-	Alternador	Un	1	R\$ 4.852,67	R\$ 4.852,67
28	-	Bateria 75 AH	Un	1	R\$ 630,00	R\$ 630,00
29	-	Bomba injetora	Un	1	R\$ 9.915,00	R\$ 9.915,00
30	-	Bomba transf. Combustível	Un	1	R\$ 843,33	R\$ 843,33
31	-	Carregador de bateria	Un	1	R\$ 650,00	R\$ 650,00
32	-	Correia da hélice	Un	1	R\$ 478,00	R\$ 478,00
33	-	Correia do alternador	Un	1	R\$ 335,33	R\$ 335,33
34	-	Diodo retificador do alternador AC	Un	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
35	-	Disjuntor	Un	1	R\$ 440,00	R\$ 440,00
36	-	Display de comandos	Un	1	R\$ 2.982,33	R\$ 2.982,33
37	-	Jogo de reparo bomba d'água	Un	1	R\$ 1.186,67	R\$ 1.186,67
38	-	Junta bomba d'água	Un	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
39	-	Modulo de controle	Un	1	R\$ 5.200,00	R\$ 5.200,00
40	-	Motor de partida	Un	1	R\$ 3.296,00	R\$ 3.296,00
41	-	Pickup magnético	Un	1	R\$ 380,00	R\$ 380,00
42	-	Pre aquecimento	Un	1	R\$ 670,00	R\$ 670,00

43	-	Regulador automático de voltagem	Un	1	R\$ 840,00	R\$ 840,00
44	-	Sensor baixo nível de água	Un	1	R\$ 472,67	R\$ 472,67
45	-	Sensor de pressão	Un	1	R\$ 220,00	R\$ 220,00
46	-	Sensor temperatura de água	Un	1	R\$ 260,00	R\$ 260,00
47	-	Transformador de corrente	Un	1	R\$ 296,00	R\$ 296,00
48	-	Válvula solenoide da bomba	Un	1	R\$ 435,00	R\$ 435,00

21.5 As proponentes deverão ofertar preços para todos os custos individuais que compõem o serviço, conforme modelo de proposta de preços constante no Anexo IV deste Termo de Referência, não podendo os custos ultrapassarem os valores máximos unitário e total estimados.

21.6 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.7 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22 - ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1 - O custo estimado da contratação é R\$ 117.715,21 (cento e dezessete mil, setecentos e quinze reais e vinte e um centavos), conforme detalhado no item 21.4 acima.

22.2 - Tal valor foi obtido, conforme a seguir:

22.2.1 por meio dos parâmetros exigidos pela Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que recomenda, pela ordem, a pesquisa ao Painel de Preços do Governo Federal, seguida de pesquisa de contratações similares de outros entes públicos; a mídias e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo e, por fim, a fornecedores. Devido à especificidade, em especial das peças, os dois primeiros parâmetros, recomendados pela IN 73/2020, não ofereceram informações suficientes para a definição dos valores estimados, restando à área demandante, realizar também a pesquisa junto a fornecedores.

22.2.2 Para a obtenção dos preços de referência para a contratação foi utilizada a seguinte metodologia:

- i) itens de 01 a 04: desconsiderou-se os três maiores valores e realizou-se a média dos demais valores pesquisados;
- ii) item 05: foi realizada a média e a mediana entre os valores encontrados para cada peça, optando-se pela metodologia que apresentou menor custo. Para a peça “Bomba Injetora” (item 29), optou-se pelo menor preço, que se apresentou mais compatível com a pesquisa de preços realizada anteriormente no mesmo processo.

Ouro Branco, 16 de novembro de 2020.

Cláudio Alexandre Pinto Tavares
Diretor da Divisão de Prefeitura do Campus Alto Paraopeba

Anexo I – Plano de manutenção preventiva

ITEM	ATIVIDADES	PERIODICIDADE
1. SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO	1.1 Verificar nível de óleo lubrificante do motor.	Mensal
	1.2 Reapertar conexões da linha de diesel e lubrificante, correções de vazamentos.	Mensal
	1.3 Conferir e registrar a pressão de óleo lubrificante, quando aplicável.	Mensal
2. SISTEMA DE ARREFECIMENTO	2.1 Verificar o nível de água no radiador, mangueiras e correções de vazamentos.	Mensal
	2.2 Verificar ajuste de tensão das correias, bomba d'água, ventilador e alternador de carga das baterias.	Mensal
	2.3 Verificar visualmente a hélice do radiador quanto a danos nas pás.	Mensal
	2.4 Medir e registrar a temperatura do líquido refrigerante.	Mensal
3. SISTEMA DE AR	3.1 Realizar inspeção visual na turbina, verificar quanto a vazamentos.	Mensal
	3.2 Inspeccionar o filtro de ar quanto a restrições e necessidade de troca antes das 250 horas.	Mensal
	3.3 Inspeccionar o sistema de admissão de ar em busca de danos nos tubos, abraçadeiras soltas e restrições.	Mensal
4. SISTEMA DE DIESEL	4.1 Verificar nível de combustível no tanque.	Mensal
	4.2 Inspeccionar visualmente o tanque de combustível, analisando possíveis vazamentos.	Mensal
5. SISTEMA DE ESCAPE	5.1 Inspeccionar o sistema de escape, flexível, tubulação, silencioso e flanges de conexão.	Mensal
	5.2 Conferir o aperto dos parafusos do coletor de escape e turbina.	Mensal
6. SISTEMA ELÉTRICO DO MOTOR/GERADOR	6.1 Medir e registrar a tensão da bateria e a densidade do eletrólito (se aplicável).	Mensal
	6.2 Conferir aperto das conexões das baterias e motor de arranque.	Mensal

6. SISTEMA ELÉTRICO DO MOTOR/GERADOR	6.3 Verificar funcionamento do sistema de pré-aquecimento do motor.	Mensal
	6.4 Simulação de defeito, alta temperatura do motor.	Mensal
	6.5 Simulação de defeito, baixa pressão de óleo lubrificante.	Mensal
	6.6 Simulação de defeito, baixo nível de água no radiador.	Mensal
	6.7 Conferir apertos das conexões elétricas em bornes e relés.	Mensal
	6.8 Conferir conexões dos cabos de potências na caixa de ligação do alternador.	Mensal
	6.9 Conferir cabos de referências e comandos dos TC's e referências de tensão do alternador.	Mensal
	6.10 Conferir funcionamento do carregador de bateria, tensão de flutuação.	Mensal
	6.11 Realizar teste a vazio do grupo gerador, preenchendo tabela a de testes, constante ao final deste plano.	Mensal
	6.12 Realizar teste com carga, mínimo de 50% da potência nominal por 30 minutos, preenchendo tabela de testes, constante ao final deste plano.	Mensal
7. QTA (Quadro de transferência automática)	7.1 Verificar as conexões internas e externas, funcionamento dos sensores, proteção e chaves do QTA.	Mensal
	7.2 Efetuar a limpeza do gabinete do QTA.	Mensal
8. VERIFICAÇÃO E LIMPEZA	8.1 Limpeza superficial do grupo gerador.	Mensal
	8.2 Verificação quanto a presença de materiais indevidos dentro da sala do gerador.	Mensal
	8.3 Verificar o sistema de admissão de ar em busca de pontos de atrito e desgaste, danos na tubulação, braçadeiras soltas, vazamentos, restrições.	Mensal
9. SUBSTITUIÇÃO	9.1 Trocar o óleo lubrificante e o filtro de óleo lubrificante.	A cada 250 horas ou 06 meses de funcionamento (o que ocorrer primeiro)

9. SUBSTITUIÇÃO	9.2 Trocar os filtros de combustível.	A cada 250 horas ou 06 meses de funcionamento (o que ocorrer primeiro)
	9.3 Trocar os filtros de água.	A cada 250 horas ou 06 meses de funcionamento (o que ocorrer primeiro)
	9.4 Inspeccionar e/ou trocar o filtro de ar.	A cada 250 horas ou 06 meses de funcionamento (o que ocorrer primeiro)
Tabela de testes (Itens 6.11 e 6.12)		
Parâmetros	Teste a vazio do grupo gerador	Teste com carga
Temperatura motor		
Pressão motor		
Tensão bateria		
RPM		
Frequência		
Tensão GMG		
Corrente GMG		
Potência GMG		

Anexo II – Declaração de vistoria/ Declaração de Abstenção de vistoria

Declaração de Vistoria

Declaro, para fins de prestação de serviços técnicos que estabelece a contratação de empresa especializada em serviço de manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores com fornecimento de materiais e peças, existentes no Campus Alto Paraopeba/ UFSJ, que o(a) Sr(a).....

.....(nome do responsável técnico da empresa),
identidade n.º/.....(UF), CREA n.º/.....(UF), Responsável Técnico da Empresa
.....(razão social da empresa), CNPJ n.º
....., efetuou vistoria técnica nas instalações do CAP/UFSJ, na presente data, tomando conhecimento de todas as características dos equipamentos, das condições em que serão executados os serviços, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

_____/____, (dia) de (mês) de (ano)

.....
(Nome do Responsável Técnico da Empresa)
(Nome da Empresa)
(Endereço da Empresa)
(Telefone para contato)

.....
Servidor responsável pelo acompanhamento
Assinatura/carimbo

Declaração de Abstenção de Vistoria

A empresa _____, sob o CNPJ nº _____ declara para fins de participação do Pregão Eletrônico nº._____/____, referente à contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores existentes no CAP/UFSJ, que se absteve de vistoriar as instalações, se responsabilizando por todas as consequências deste ato. Ciente, que não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços, equipamentos e de dificuldades técnicas não previstas.

_____/____, (dia) de (mês) de (ano)

.....
(Nome do Responsável Técnico da Empresa)
(Nome da Empresa)
(Endereço da Empresa)
(Telefone para contato)

Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Quadro 1 – Percentual de desconto a ser aplicado sobre cada ocorrência

Grau	Correspondência
01	2% por ocorrência sobre o valor mensal da fatura por ocorrência.
02	3% por ocorrência sobre o valor mensal da fatura por ocorrência.
03	5% por ocorrência sobre o valor mensal da fatura por ocorrência.

Quadro 2 – Relação das ocorrências

Item	Descrição das ocorrências	Grau
01	Não indicação do preposto.	01
02	Não reportar-se à fiscalização quando da chegada ou saída do campus por ocasião da realização dos serviços.	01
03	Deixar de manter registro atualizado de intervenções, verificações e falhas em cada gerador.	02
04	Deixar de fornecer EPIs ou permitir a execução de serviços sem equipamentos de proteção individual.	02
05	Executar serviços incompletos ou paliativos.	02
06	Atrasar a apresentação de relatórios técnicos, laudos, ART's e demais documentos, previstos neste Termo de Referência.	02
07	Descumprir prazos de atendimento ao chamado de manutenção corretiva, menores que os estipulados nos itens 10 e 11 deste IMR.	02
08	Empregar material ou peça com qualidade inferior ou em desacordo com o previsto no Termo de Referência.	03
09	Descumprir atividades do plano de manutenção preventiva.	03
10	Atrasar mais de 05 (cinco) horas no atendimento de um chamado para manutenção corretiva não emergencial.	03
11	Atrasar mais de 01(uma) hora no atendimento de um chamado para manutenção corretiva emergencial.	03
12	Recusar-se a fornecer materiais consumíveis para execução dos serviços.	03
13	Deixar de elaborar e entregar Laudo Técnico previsto na contratação.	03
14	Dano a equipamento por omissão, imprudência, imperícia ou intempestividade na atuação.	03
15	Recusar-se a fornecer peças não constantes na planilha de peças (Tabela 2) pelo preço de mercado.	03
16	Fornecimento de informação incorreta à fiscalização.	03
17	Destruição ou danificação intencional de documentos relacionados à manutenção.	03
18	Omissão na informação de condições que exigem a adoção de providências para funcionamento correto dos equipamentos.	03

Anexo IV – Modelo de proposta comercial

A: Universidade Federal de São João del Rei

UASG: 154069

PROCESSO Nº 23122.008456/2019-55

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº / .

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças mediante ressarcimento em 04 (quatro) grupos geradores, instalados nas dependências do Campus Alto Paraopeba/ UFSJ, pelo valor total para 12 (doze) meses de _____ (_____), sendo R\$ _____ (_____) para prestação de serviços e R\$ _____ (_____) para o fornecimento de materiais/peças, nas condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas no Edital do Pregão Eletrônico supracitado e seus Anexos, e conforme detalhado no quadro a seguir.

Grupo	Item	Descrição	Unid ade	Quanti dade	Valor mensal	Valor anual
1	1	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C40D6, nº de série K13T028651, 53 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2013.	Mês	12		
	2	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Gerapower Brasil: modelo GF3 55, nº de série PW168133, 55 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	Mês	12		
	3	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C170D6, nº de série K16T039208, 212 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	Mês	12		
	4	Manutenção preventiva e corretiva em equipamento tipo Grupo Gerador Cummins: modelo C170D6, nº de série K16T039209, 212 kva, trifásico, a diesel, ano de fabricação 2016.	Mês	12		
	5	Fornecimento de materiais/ peças para reposição em Grupos Geradores, a serem fornecidos sob demanda, conforme detalhamento a seguir.				

Detalhamento item 05

Item	Part Number	Descrição	Unid ade	Quan t.	Valor unitário	Valor total
PEÇAS PARA OS GRUPOS GERADORES CUMMINS						



1	5293586	Alternador 12 VCC	Un	1		
2	C250-0005	Bateria 150 AH	Un	1		
3	C250-0007	Bateria 75 AH	Un	1		
4	3965896	Bomba injetora	Un	1		
5	5269315	Bomba transf. Combustível	Un	1		
6	A053E482	Carregador de bateria 12V/5A	Un	1		
7	3288724	Correia da hélice (Cummins C170 D6)	Un	1		
8	3911571	Correia hélice (Cummins C40 D6)	Un	1		
9	3288768	Correia V Ranhurada -	Un	1		
10	RSK1101	Diodo retificador do alternador AC	Un	1		
11	C210-0003-01	Disjuntor NS 800 3P	Un	1		
12	0300-6014	Display	Un	1		
13	5294873	Jogo de reparo bomba d'água	Un	1		
14	3939258	Junta bomba d'agua 6735716610	Un	1		
15	0327-1617-01	Modulo de controle	Un	1		
16	5284104	Motor de Partida (Cummins C170 D6)	Un	1		
17	4996706	Motor de Partida (Cummins C40 D6)	Un	1		
18	C450-0006	Pickup magnético	Un	1		
19	C025-0004	Pre aquecimento	Un	1		
20	GRT7-TH4E	Regulador automático de voltagem	Un	1		
21	A055G562	Sensor baixo nível de água	Un	1		
22	A028X493	Sensor de pressão	Un	1		
23	0193-0432	Sensor temperatura de água	Un	1		
24	C490-0040	Transformador de corrente	Un	1		
25	A026F395	Módulo TS1311	Un	1		
26	A049J610	Válvula solenoide da bomba	Un	1		
PEÇAS PARA O GRUPO GERADOR GERAPOWER						
27	-	Alternador	Un	1		
28	-	Bateria 75 AH	Un	1		
29	-	Bomba injetora	Un	1		
30	-	Bomba transf. Combustível	Un	1		
31	-	Carregador de bateria	Un	1		
32	-	Correia da hélice	Un	1		
33	-	Correia do alternador	Un	1		
34	-	Diodo retificador do alternador AC	Un	1		
35	-	Disjuntor	Un	1		
36	-	Display de comandos	Un	1		
37	-	Jogo de reparo bomba d'água	Un	1		
38	-	Junta bomba d'água	Un	1		
39	-	Modulo de controle	Un	1		

40	-	Motor de partida	Un	1		
41	-	Pickup magnético	Un	1		
42	-	Pre aquecimento	Un	1		
43	-	Regulador automático de voltagem	Un	1		
44	-	Sensor baixo nível de água	Un	1		
45	-	Sensor de pressão	Un	1		
46	-	Sensor temperatura de água	Un	1		
47	-	Transformador de corrente	Un	1		
48	-	Válvula solenoide da bomba	Un	1		

Declaramos que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O prazo de validade de nossa proposta é de ____ (_____) dias, contados da data de sua apresentação. (Obs.: Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias).

Declaramos plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____
Endereço: _____ E-mail: _____ Tel/Fax: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ Nº C/C: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
Cart. Ident. nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Local e data

Nome e assinatura do responsável legal

Anexo V (*Check List* Manutenção e registro de ocorrências) - consta em planilha anexa

Anexo VI – Estudos preliminares – consta em arquivo anexo

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI, A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
– UFSJ E A EMPRESA**

.....

A **Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ**, transformada pela Lei nº. 10.425, de 19 de abril de 2002, publicada no DOU de 22 de abril de 2002 sediada em São João del-Rei/MG, à Praça Frei Orlando, nº. 170, CNPJ nº. 21.186.804/0001-05, neste ato, representada pelo seu Reitor Professor Marcelo Pereira de Andrade, brasileiro, casado, professor de magistério superior, portador da Carteira de Identidade RG 17.024.556-1, expedida pela SSP/SP e CPF: 090.451.598-21, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõem os artigos 24 e 26 e seus incisos do Estatuto aprovado pela Portaria MEC no 2.684, de 25 de setembro de 2003 - DOU de 26 de setembro de 2003, combinado com o Decreto de 08 de maio de 2020, DOU de 08 de maio de 2020, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23122.008456/2019-55, Autorização-Reitoria anexa** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 049/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O objeto do presente Instrumento é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 04 (quatro) grupos geradores de energia elétrica instalados no Campus Alto Paraopeba, da Universidade Federal de São João del-Rei, na cidade de Ouro Branco/MG com fornecimento de peças sob demanda, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 - Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES
Manutenção				
Peças				

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1 - Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2 - Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3 - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4 - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5 - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6 - Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7 - Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1 O valor mensal da contratação é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$......(.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação: Unidade 154069, Gestão 15276, Fonte de Recursos: 8100.000000, Programa de Trabalho: 170417; Elementos de Despesa: 3.3.90.39 e 33.90.30, tendo sido emitida Nota de Empenho nº. 2020NE_____.

4.2 - No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1 - O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital, **Termo de Referência** e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 – As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 – Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 - O regime de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no **Termo de Referência, Anexo do Edital**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** estão estabelecidas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - As sanções relacionadas à execução do Contrato são aquelas previstas no **Termo de Referência, Anexo do Edital**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 - por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 - amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 - A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 . Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 . Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 . Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - É vedado à **CONTRATADA**:

a - Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b - Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.2 - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

13.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 - Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste Instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 - O valor anual a ser publicado será de R\$_____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 - O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de São João del-Rei-MG - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São João del-Rei, de de 2020

CONTRATANTE:

Prof. Marcelo Pereira de Andrade
Reitor

CONTRATADA:

Nome

Cargo

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: